MEMÓRIA COLETIVA, REPRESENTAÇÕES SOCIAIS E A NATURALIZAÇÃO DO USO DE PSICOTRÓPICOS NA CONTEMPORANEIDADE

Ana Paula Simões de Almeida
Centro Universitário Maurício de Nassau, Vitória da Conquista, Bahia, Brasil
ORCID: https://orcid.org/0009-0007-8216-6379
Endereço eletrônico: paula.simoesdealmeida@gmail.com

Gina Pinheiro Bernardes
Tribunal de Justiça do Estado da Bahia, Porto Seguro, Bahia, Brasil
ORCID: https://orcid.org/0009-0007-8766-6022
Endereço eletrônico: ginapinheiro@gmail.com

Palavras-chave: Memória coletiva; Representações sociais; Psicotrópicos; Medicalização.

INTRODUÇÃO

O crescimento do consumo de medicamentos psicotrópicos destaca-se como um dos fenômenos mais expressivos na saúde mental contemporânea. Nas últimas décadas, a expansão dos diagnósticos psiquiátricos e o aumento das prescrições de ansiolíticos e antidepressivos impulsionaram a medicalização de vivências inerentes à condição humana, como a tristeza e a ansiedade, contribuindo para a consolidação de uma cultura terapêutica centrada na intervenção farmacológica.

Esse cenário não se restringe a fatores biológicos ou clínicos. Estudos sobre memória social e representações sociais demonstram que as formas de compreender a saúde, a doença e os tratamentos disponíveis são construídas historicamente e compartilhadas coletivamente. Assim, o uso de psicotrópicos ultrapassa sua dimensão farmacológica e integra sistemas simbólicos mais amplos, relacionados às concepções socialmente produzidas acerca do sofrimento, da normalidade e do cuidado (Moscovici, 1978; Sá, 2007a).

Diante disso, emerge o seguinte problema de pesquisa: de que maneira a memória coletiva e as representações sociais contribuem para a naturalização dos psicotrópicos como estratégia legítima de enfrentamento do sofrimento psíquico na contemporaneidade? Assim, este trabalho objetiva analisar como a memória coletiva e as representações sociais participam da naturalização do uso contemporâneo de psicotrópicos, discutindo as contribuições da

memória coletiva nas práticas medicamentosas, a transformação do saber farmacológico em cotidiano e a relação entre medicalização e dependência.

METODOLOGIA

A presente pesquisa caracteriza-se como um estudo bibliográfico, de abordagem qualitativa e natureza exploratória. O *corpus* teórico foi constituído pela Teoria da Memória Coletiva de Maurice Halbwachs (2006), pela Teoria das Representações Sociais de Serge Moscovici (1978), pelas contribuições de Celso Pereira de Sá (2007a) acerca da memória social, e pelos estudos de Denise Jodelet (2002) sobre medicamentos enquanto objetos socialmente representados. Complementarmente, incorporou-se a literatura científica sobre os processos de medicalização da vida e do consumo de drogas (Pelegrini, 2003; Rabello; Camargo Júnior, 2012; Sousa *et al*., 2021). A análise do material bibliográfico foi conduzida por meio de leitura exploratória, seletiva e interpretativa, elegendo-se quatro categorias analíticas interdependentes: memória coletiva, representações sociais, medicalização da vida e dependência medicamentosa.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A compreensão do uso contemporâneo de psicotrópicos exige o deslocamento de análises estritamente biomédicas para abordagens que considerem os processos históricos e socioculturais responsáveis pela produção de sentidos acerca do sofrimento e do cuidado. Halbwachs (2006) demonstra que as lembranças individuais não se constituem de forma autônoma, mas são permanentemente organizadas a partir dos "quadros sociais da memória", que orientam aquilo que é lembrado, esquecido ou reinterpretado, que decorrem de processos coletivos de transmissão cultural os quais produzem consensos sociais.

Como a memória corresponde à reconstrução contínua do passado a partir das necessidades emanadas do presente, determinadas práticas permanecem valorizadas mesmo após transformações históricas substanciais (Halbwachs, 2006). Sá (2007a) reforça esse caráter eminentemente construtivo da memória social como orientadora de comportamentos e valores, permanecendo na memória social a ideia de que determinados recursos químicos são capazes de restaurar o equilíbrio e reduzir a dor contribuindo de forma decisiva para a legitimidade das práticas contemporâneas de medicalização.

O crescente consumo de psicotrópicos representa, portanto, a atualização de uma memória coletiva do cuidado mediada pelo discurso biomédico moderno, adquirindo validação científica e institucional. Sob o império da cultura contemporânea da imediaticidade, a intervenção medicamentosa passa a ser percebida como uma solução rápida para conflitos outrora elaborados por recursos familiares, comunitários ou religiosos (Pelegrini, 2023).

As Representações Sociais de Moscovici (1978) elucida que os conhecimentos produzidos em espaços científicos especializados são apropriados, reinterpretados e incorporados ao universo do senso comum de maneira fluida. Esse fenômeno ocorre principalmente por meio dos mecanismos de ancoragem (inserção de novos objetos em categorias já existentes no repertório cultural) e de objetivação (transformação de conceitos abstratos em imagens concretas e acessíveis). A partir disso, os psicotrópicos deixam de ser percebidos como substâncias químicas complexas e passam a integrar um universo simbólico em que figuram como instrumentos de controle emocional e restauração do equilíbrio psíquico.

Essa dinâmica confirma que as representações sociais não reproduzem passivamente a ciência, mas a reorganizam de acordo com valores e necessidades dos grupos sociais (Moscovici, 1978). Assim, a aceitação social dos psicotrópicos vincula-se a significados positivos de normalidade, produtividade e adaptabilidade social.

Essa dinâmica é alimentada pelas propagandas farmacêuticas e pelos discursos do complexo médico-industrial, que associam diretamente qualidade de vida ao consumo de produtos (Rabello; Camargo Júnior, 2012). Ademais, pesquisas desenvolvidas por Sousa *et al.* (2021) evidenciam que o campo simbólico das substâncias psicoativas é regulado por normas sociais estritas: enquanto determinadas drogas ilícitas permanecem associadas ao crime e ao desvio, os psicotrópicos prescritos gozam de ampla legitimidade social amparada no saber médico oficial. Essa distinção produz uma conveniente invisibilidade dos riscos relacionados ao consumo prolongado, blindando a medicação mesmo quando gera dependência severa.

Sob a ótica mercantilista, que associa felicidade ao consumo, o que antes seria compreendido como reação genuína diante das adversidades da vida passa a ser percebido como uma condição disfuncional ou patológica que necessita de imediata correção química (Rabello; Camargo Júnior, 2012).

Nesse sentido, a dependência de psicotrópicos não deve ser analisada exclusivamente

a partir das propriedades moleculares das substâncias. Embora os mecanismos neuroquímicos sejam estritamente relevantes, a permanência e a expansão desse fenômeno assentam-se em processos socioculturais que legitimam e perpetuam o consumo continuado (Moscovici, 1978; Sá, 2007a). A dependência revela-se, portanto, uma construção multidimensional, em que interagem de forma intrínseca aspectos biológicos, psicológicos, sociais e culturais.

A crença arraigada na eliminação farmacológica da dor psíquica é transmitida de modo intergeracional pelos grupos sociais, incorporando-se de forma natural às práticas cotidianas e familiares de cuidado (Halbwachs, 2006). O uso contínuo deixa de ser uma exceção clínica para converter-se na resposta socialmente esperada, gerando uma normalização difusa e favorecendo a automedicação crônica invisibilizada. A dependência medicamentosa expressa, afinal, a relação artificial da sociedade contemporânea com o sofrimento, marcada pela busca de controle emocional artificial e pelo esvaziamento das vias coletivas e estruturais de elaboração da dor (Jodelet, 2002; Pelegrini, 2003).

CONCLUSÃO

A articulação teórica estabelecida evidenciou que a naturalização do uso de psicotrópicos na contemporaneidade não decorre exclusivamente de sua eficácia clínica ou farmacológica isolada, mas sim da sólida construção histórica e simbólica mediada pela memória coletiva e pelas representações sociais. Esses mecanismos psicossociais convertem o sofrimento oriundo de contradições macroestruturais em sintomas tratáveis individualmente, transformando o fármaco no símbolo hegemônico de cuidado e na resposta socialmente esperada perante as adversidades ordinárias da existência humana.

A relevância do presente estudo está na possibilidade de expandir a discussão crítica sobre a dependência medicamentosa e os limites da medicalização, integrando dimensões históricas, culturais e simbólicas ao debate tradicional focado na esfera orgânica individual. Do ponto de vista das políticas públicas em saúde mental, os resultados sinalizam a necessidade premente de superação do modelo estritamente medicamentocêntrico. Mostra-se fundamental o fortalecimento de investimentos na Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), a valorização de abordagens interdisciplinares e humanizadas de cuidado, a promoção de ações educativas voltadas ao uso racional de medicamentos e a conscientização coletiva sobre os riscos associados à automedicação crônica e ao uso prolongado dessas substâncias.

Frente a isso, sugere-se fortemente a realização de estudos futuros qualitativos e de campo fundamentados na Teoria das Representações Sociais e da Memória Coletiva, voltados à investigação direta das vivências de usuários, familiares e profissionais nos serviços cotidianos de saúde mental.

REFERÊNCIAS

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.

JODELET, Denise. Medicamentos e representações sociais. In: BUSS, Paulo Marchiori *et al.* (org.). **Medicamentos e sociedade**: pontos de vista sobre o remédio. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2002. p. 113-128.

MELO, Juliana Rízia Félix; MACIEL, Silvana Carneiro. Representação social do usuário de drogas na perspectiva de dependentes químicos. **Psicologia:** Ciência e Profissão, Brasília, v. 36, n. 1, p. 76-87, 2016.

MOSCOVICI, Serge**. A representação social da psicanálise**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

PELEGRINI, Marta Regueira Fonseca. O abuso de medicamentos psicotrópicos na contemporaneidade. **Psicologia:** Ciência e Profissão, Brasília, v. 23, n. 3, p. 38-43, 2003.

RABELLO, Elaine Teixeira; CAMARGO JÚNIOR, Kenneth Rochel de. Propagandas de medicamentos: a saúde como produto de consumo. Interface: Comunicação, Saúde, Educação, Botucatu, v. 16, n. 41, p. 357-367, abr./jun. 2012.

SÁ, Celso Pereira de. Memória social e representações sociais. **Psicologia:** Teoria e Pesquisa, Brasília, v. 23, n. esp., p. 37-42, 2007a.

SOUSA, Yuri Sá Oliveira; SANTOS, Maria de Fátima de Souza; APOSTOLIDIS, Thémis; ALÉSSIO, Renata Lira dos Santos. Drogas, normas e representações sociais: uma análise de conteúdos evocados in diferentes contextos. **Revista de Psicologia da IMED**, Passo Fundo, v. 13, n. 1, p. 55-71, 2021.